



## As novas obrigações de reporte de atividade financeira não autorizada

A par do mandato de supervisão das instituições por si autorizadas, compete ao Banco de Portugal a fiscalização de um conjunto de atividades financeiras ilícitas dinamizadas na sua periferia.

Com efeito, nos termos legais, cabe ao Banco de Portugal, por exemplo, promover a supressão da concessão de crédito não autorizada, da receção de depósitos sem habilitação legal ou a transferência de fundos realizada por entidade não habilitada, concretizando o denominado princípio da exclusividade da dinamização de algumas atividades financeiras.

A atividade financeira não autorizada, por se tratar de uma realidade especialmente nociva para os consumidores - que encontram neste sistema financeiro paralelo uma sucessão de burlas ou a cobrança de taxas de juro usurárias - tem vindo a ganhar visibilidade mediática pela urgência do seu combate. A isto se somou o contexto da disrupção económica da pandemia de 2020, onde a concessão de crédito não autorizada e as burlas realizadas sob esse pretexto encontraram um terreno fértil para proliferar, captando a atenção do Legislador.

Na tentativa de mais eficazmente suprimir a atividade financeira não autorizada, a Lei n.º 78/2021, de 24 de novembro, veio prever um conjunto de novos deveres a um leque de pessoas singulares e coletivas que poderão servir de veículo ao desenvolvimento destas condutas.

Por um lado, estabelece-se um dever geral de abstenção na divulgação de anúncios publicitários que possam ser dirigidos à comercialização de produtos, bens e serviços financeiros por entidades não habilitadas. Assim, é criado um dever de verificação se a entidade anunciante se encontra registada, junto do Banco de Portugal, para a realização da atividade que pretende e, em caso negativo, a obrigação de comunicação à autoridade de supervisão financeira competente.



### Índice

#### Bibliotema • 1

As novas obrigações de reporte de atividade financeira não autorizada

#### Em destaque • 3

*Behavioural economics and regulation*

Maria Carolina de Campos

#### Novos recursos de informação • 5

#### Tardes de Arquivo • 8

Arquivo Histórico do Banco de Portugal

A par deste escrutínio mais apertado da divulgação publicitária da atividade financeira ilícita, a nova Lei introduziu também deveres de reporte de determinados atos jurídicos em que intervenham advogados, solicitadores e notários. Por exemplo, um advogado que intervenha na elaboração de uma confissão de dívida entre dois particulares, deverá, desde 1 de março de 2022, comunicar eletronicamente ao Banco de Portugal a identificação dos outorgantes, o valor pecuniário do ato ou a qualidade em que cada um intervém.

Neste ponto, o legislador entendeu que um conjunto de atos jurídicos, pela sua forte correlação com o desenvolvimento de atividade financeira não autorizada, poderia ser indiciário da sua prática, cumprindo ao Banco de Portugal a gestão de uma base de dados da informação recebida para efeitos de prevenção, combate e sancionamento destas condutas.

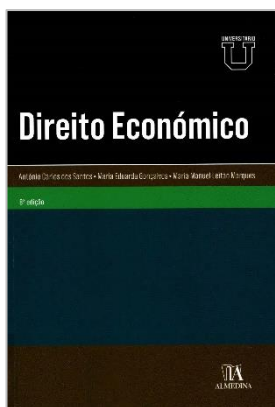


A nova Lei veio também consagrar novos instrumentos para a supressão da atividade financeira não autorizada, de que é exemplo a prerrogativa de bloqueio digital de sítios eletrónicos onde a atividade ilícita se encontra a ser dinamizada ou promovida. Esta alteração demonstra-se especialmente relevante considerando a tendência crescente de digitalização da atividade financeira não autorizada, associada à angariação de clientes através de redes sociais.

É neste novo quadro legal que cumprirá ao Banco de Portugal evoluir perante os sucessivos desafios que o combate à atividade financeira não autorizada coloca, readaptando os instrumentos de investigação e fiscalização para assegurar uma adequada tutela dos consumidores de serviços financeiros.

Departamento de Averiguação e Ação Sancionatória, outubro de 2022

## Bibliotema • Bibliografia relacionada



SANTOS, António Carlos dos;  
GONÇALVES, Maria Eduarda;  
MARQUES, Maria Manuel Leitão

### Direito Económico

Coimbra: Almedina, 2022. 630p.  
ISBN: 978-989-40-0612-1

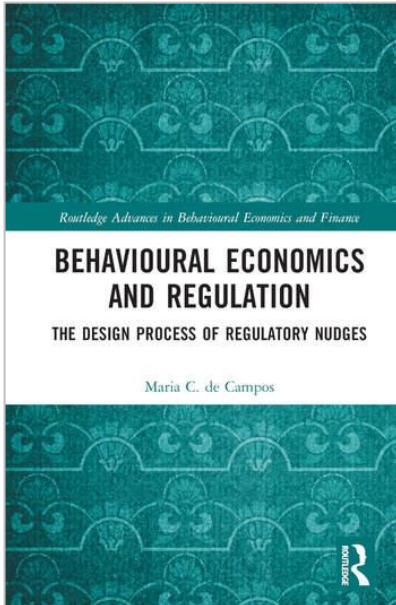
É na ordem jurídica da economia na União Europeia que se prepara e aprova a larga maioria da legislação que vigora em Portugal, onde se incluem matérias como a ordem monetária e financeira, e as relações de concorrência e de cooperação entre as empresas.

A 8.ª edição destas lições procura corresponder a exigências atuais da disciplina de Direito Económico, tanto quanto ao seu conteúdo, como quanto às suas linhas orientadoras. De entre as diversas temáticas resultantes do cruzamento do Direito com a

Economia, destaca-se a regulação do sistema monetário e financeiro e das suas instituições, bem como a regulação do ambiente e a atividade económica, da qualidade, e da informação e comunicação na economia digital.

Em especial, a presente obra caracteriza a natureza do Banco de Portugal, as suas atribuições como banco central, e as suas funções de supervisão das instituições financeiras com sede em Portugal, incluindo a fiscalização da atividade financeira não autorizada.

## Em destaque • Novidades



CAMPOS, Maria Carolina de

### Behavioural economics and regulation: the design process of regulatory nudges

Abingdon: Routledge, 2022. 232p.  
ISBN: 978-1-032-07721-5

#### Sinopse por Maria Carolina de Campos

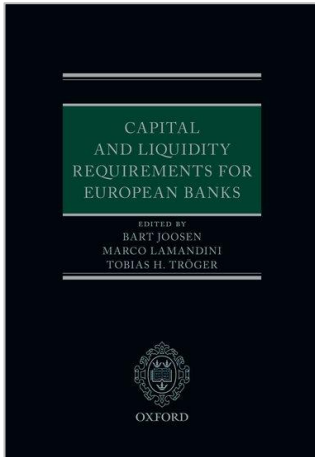
A economia comportamental veio expor a complexidade do comportamento individual e os seus desvios face à racionalidade e otimização descritas na economia neoclássica. O conceito de “nudge”, popularizado no conhecido livro de Thaler e Sunstein, representou um marco na discussão das implicações e prescrições da economia comportamental para o desenho de políticas públicas.

Neste livro, a autora analisa o “nudge” – alteração ténue na arquitetura da escolha do indivíduo que não recorre a incentivos ou coerção – enquanto instrumento regulatório. O livro debruça-se sobre o processo de desenho de “nudges” enquanto instrumentos de regulação, avaliando a adequação de abordagens iterativas e experimentais no desenho desta ferramenta. Para tal, a autora analisa as implicações para os reguladores da utilização de diferentes abordagens experimentais e recorre a um caso de estudo – as advertências do tabaco introduzidas pela diretiva europeia relativa aos produtos do tabaco de 2014. Não só a apropriação do conceito de “nudge” num novo espaço – o espaço regulatório – mas também os custos associados a abordagens experimentais e a performance deste instrumento regulatório minimalista, levam a autora a avançar várias considerações que legisladores e reguladores devem ter em conta no desenho deste instrumento.

O livro debruça-se ainda sobre outras discussões estruturantes, como a reflexão em torno dos racionais de intervenção regulatória que se colocam na presença de enviesamentos comportamentais. Também no capítulo 2 a autora enquadra o “nudge” no espetro de intervenções regulatórias. O livro analisa igualmente o processo de saída deste conceito do mundo académico e a sua apropriação por diferentes espaços, incluindo o espaço regulatório. O delineamento destes espaços – conseguido com a distinção entre “nudges” privados, públicos e regulatórios introduzida no capítulo 3 – representa um contributo importante para esta área de investigação.

O “nudge” ganhou notoriedade no debate académico e público por ser uma medida respeitadora da liberdade individual e de baixo custo. A análise deste livro aos custos do seu desenho enquanto instrumento de regulação – incluindo não só os custos de abordagens experimentais, como também custos de oportunidade – põe em causa o argumento do custo frequentemente invocado. Com esta análise crítica do processo de desenho deste instrumento, este livro pretende contribuir para uma discussão mais fundamental sobre o papel que a economia comportamental – e as ciências cognitivas e comportamentais – podem ter no espaço regulatório.

## Em destaque • Novidades



JOOSEN, Bart P. M.; LAMANDINI, Marco;  
TRÖGER, Tobias H.

### Capital and liquidity requirements for European banks

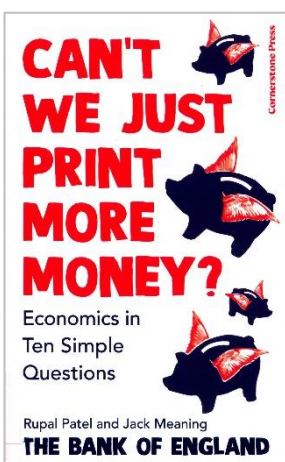
Oxford: Oxford University Press, 2022. 686p.  
ISBN: 978-0-19-886731-9

O “Single Rulebook” visa a existência de um conjunto único de regras prudenciais harmonizadas que todas as instituições da União Europeia (UE) devem respeitar. Este termo foi definido em 2009 pelo Conselho Europeu para se referir ao objetivo de definir um enquadramento regulamentar uniforme para o setor financeiro da UE, tendo em vista a concretização de um mercado único para os serviços financeiros.

Nesta obra são abordados, em concreto, os requisitos de fundos próprios e de liquidez para instituições financeiras europeias, designadamente: a sua origem e evolução na UE, os requisitos qualitativos de fundos próprios na

área da supervisão e regulação bancária, os requisitos quantitativos e os relativos à liquidez, o processo de análise e avaliação para fins de supervisão (SREP) e, por fim, as obrigações de reporte e divulgação das instituições, bem como a aplicação das normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Em suma, reúne importantes contributos de especialistas em supervisão prudencial e contabilidade, providenciando uma análise profunda do quadro regulamentar aplicável às instituições de crédito e empresas de investimento na UE.



PATEL, Rupal; MEANING, Jack

### Can't we just print more money?: economics in ten simple questions

London: Cornerstone Press, 2022. 308p.  
ISBN: 978-1-847-94338-5

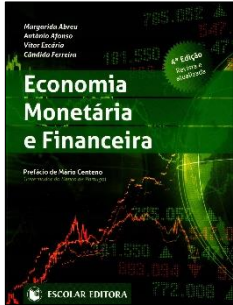
O presente livro insere-se num programa educativo, desenvolvido pelo Banco de Inglaterra, de contribuir para uma maior literacia económica por parte da população. Ao explicar conceitos económicos de uma forma original, clara e compreensiva mas sem abdicar do rigor científico, os autores, ambos economistas no Banco de Inglaterra, acompanham o leitor na resposta a dez perguntas, colocadas de uma forma coloquial, mas que

procuram esclarecer mecanismos que estão no cerne da análise económica.

Da microeconomia e do funcionamento dos mercados à macroeconomia e teoria monetária, os autores recorrem a uma linguagem coloquial e acessível para explicar os conceitos essenciais, enquadrando-os em contextos ou exemplos inesperados e originais.



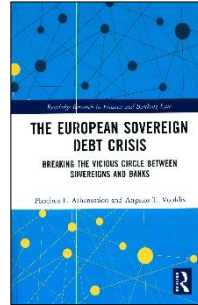
# Novos recursos de informação



ABREU, Margarida; AFONSO, António; ESCÁRIA, Vítor; FERREIRA, Cândida

Economia monetária e financeira

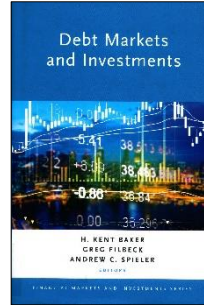
Forte da Casa: Escolar Editora, 2022. 514p.  
ISBN: 978-972-592-581-2



ATHANASSIOU, Phoebe L.; VOULDIS, Angelos T.

The European sovereign debt crisis: breaking the vicious circle between sovereigns and banks

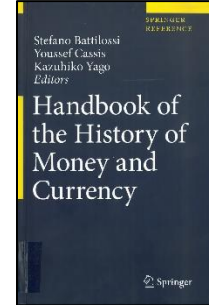
Abingdon: Routledge Taylor & Francis Group, 2022. 235p.  
ISBN: 978-0-367-52346-6



BAKER, H. Kent ; FILBECK, Greg ; SPIELER, Andrew C.

Debt markets and investments

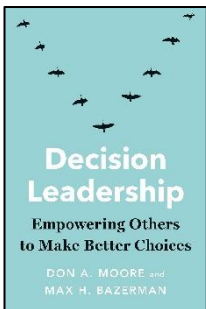
Oxford: Oxford University Press, 2019. 794p.  
ISBN: 978-0-19-087743-9



BATTISTON, Stefano; CASSIS, Youssef; YAGO, Kazuhiko

Handbook of the history of money and currency

Singapore: Springer Nature, 2020. 1094p.  
ISBN: 978-981-13-0595-5



BAZERMAN, Max H.; MOORE, Don A.

Decision leadership: empowering others to make better choices

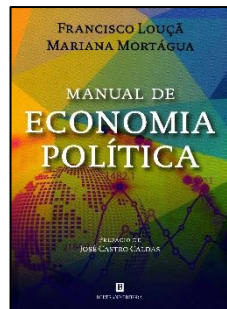
New Haven: Yale University Press, 2022. 250p.  
ISBN: 978-0-300-25969-8



BELLO, Mónica; CAMACHO, Francisco

101 vozes pela sustentabilidade: por um desenvolvimento responsável

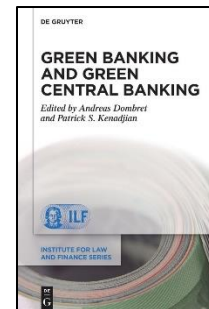
Lisboa: Oficina do Livro, 2022. 772p.  
ISBN: 978-989-661-388-4



CALDAS, José Castro; LOUÇÃ, Francisco; MORTÁGUA, Mariana

Manual de economia política

Lisboa: Bertrand, 2021. 471p.  
ISBN: 978-972-25-4119-0

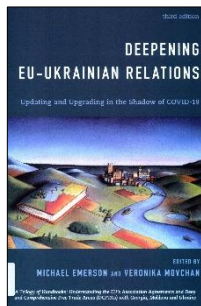


DOMBRET, Andreas; KENADJIAN, Patrick S.

Green banking and green central banking

Berlin: De Gruyter, 2021. 200p.  
ISBN: 978-3-11-075287-8

## Novos recursos de informação

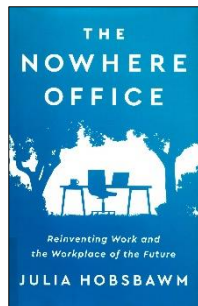


EMERSON, Michael;  
MOVCHAN, Veronika

Deepening EU-Ukrainian relations: updating and upgrading in the shadow of COVID-19

Lanham: Rowman & Littlefield, 2021. 367p.

ISBN: 978-1-5381-6248-4

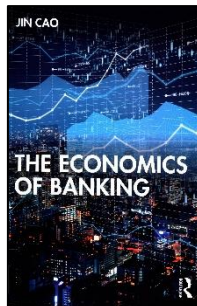


HOBBSAWM, Julia

The nowhere office: reinventing work and workplace of the future

New York: PublicAffairs, 2022. 196p.

ISBN: 978-1-5417-0193-9

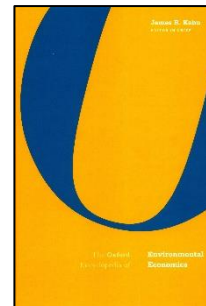


JIN, Cao

The economics of banking

Abingdon: Routledge, 2022. 641p.

ISBN: 978-0-367-40572-4

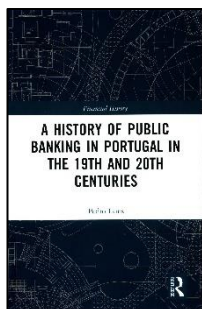


KAHN, James R.

The Oxford encyclopedia of environmental economics

New York: Oxford University Press, 2022. 1V: 965p. 2V: 1028p.

ISBN: 978-0-19-063191-8

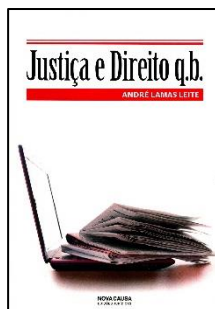


LAINS, Pedro

History of public banking in Portugal in the 19th and 20th centuries

Abingdon: Routledge Taylor & Francis Group, 2022. 232p.

ISBN: 978-1-138-38820-8

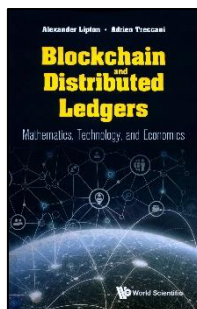


LEITE, André Lamas

Justiça e Direito q.b.

Braga: Nova Causa, 2022. 279p.

ISBN: 978-989-9026-34-6

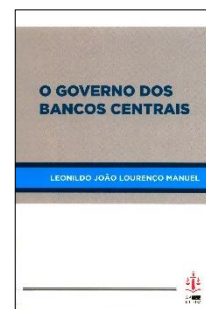


LIPTON, Alexander;  
TRECCANI, Adrien

Blockchain and distributed ledgers: mathematics, technology, and economics

Singapore: World Scientific, 2021. 434p.

ISBN: 978-981-122-152-1



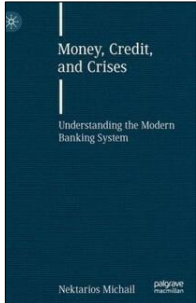
MANUEL, Leonildo João Lourenço

O governo dos bancos centrais

Lisboa: AAFDL-Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2022. 257p.

ISBN: 978-972-629-748-2

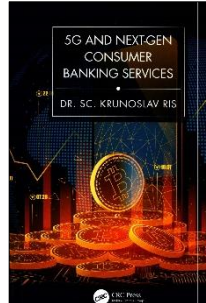
# Novos recursos de informação



**MICHAIL, Nektarios**  
 Money, credit, and crises: understanding the modern banking system  
 Cham: Palgrave Macmillan, 2022. 251p.  
 ISBN: 978-3-030-64386-7



**RAIMUNDO, Miguel Assis**  
 Direito dos Contratos Públicos  
 Lisboa: AAFDL-Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2022. 1V: 735p. 2V: 375p.  
 ISBN: 978-972-629-761-1



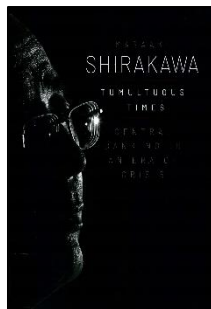
**RIS, Krunoslav**  
 5G and next-gen consumer banking services  
 Boca Raton, FL.: CRC Press, 2021. 193p.  
 ISBN: 978-1-032-05572-5



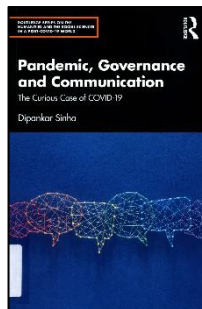
**ROCHA, Francisco Chilão**  
 Regime Jurídico dos Non-Fungible Tokens  
 Coimbra: Almedina, 2022. 138p.  
 ISBN: 978-989-40-0463-9



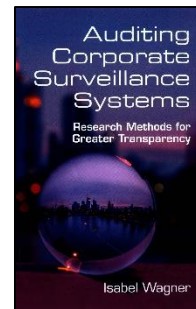
**SEIA, Cristina Aragão**  
 A responsabilidade ambiental na União Europeia: da responsabilidade civil à responsabilidade administrativa em Portugal  
 Coimbra: Almedina, 2022. 549p.  
 ISBN: 978-989-40-0086-0



**SHIRAKAWA, Massaki**  
 Tumultuous times: central banking in an era of crisis  
 New Haven: Yale University Press, 2021. 527p.  
 ISBN: 978-0-300-25897-4



**SINHA, Dipankar**  
 Pandemic, governance and communication: the curious case of COVID-19  
 Abingdon: Routledge, 2022. 176p.  
 ISBN: 978-1-032-16180-8



**WAGNER, Isabel**  
 Auditing corporate surveillance systems: research methods for greater transparency  
 Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 330p.  
 ISBN: 978-1-108-83766-8

# Tardes de Arquivo

## Arquivo Histórico do Banco de Portugal

A Biblioteca do Banco de Portugal convida todos os leitores a assistir à 4ª edição das **Tardes de Arquivo do Banco de Portugal**, conferência organizada pelo **Arquivo Histórico do Banco de Portugal** e que este ano se dedica ao tema: “As Agências do Banco de Portugal – Contributo documental para a História Local”. O evento realiza-se no dia 12 de outubro de 2022, das 14h00 às 16h30, em formato online e presencial (na Sede do Banco de Portugal).

Ao longo da sua existência, o Banco de Portugal teve uma importante presença nas várias regiões do país, que se reflete num conjunto de séries documentais que contemplam sequências de dados e análises sócio económicos, que ilustram a vida empresarial e social nessas regiões, bem como em coleções de fotografias e peças desenhadas dos edifícios das Agências do Banco.

Nesta conferência, onde se juntam profissionais da investigação e arquivistas, pretende-se divulgar as séries



AS AGÊNCIAS DO BANCO DE PORTUGAL  
CONTRIBUTO DOCUMENTAL PARA A HISTÓRIA LOCAL

Tardes de Arquivo do Banco de Portugal

12 OUT. 2022 | 13H30

documentais existentes no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, evidenciar o seu potencial informativo, bem como o processo de divulgação online desta documentação, que constitui um rico manancial de informação para a investigação da história local de Portugal.

**A inscrição é gratuita** e deverá ser feita através deste [formulário](#).

## Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à Internet

## Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

Horário:

2.ª a 6.ª feira

9h00 – 16h30

T +351 213 130 626

[biblioteca@bportugal.pt](mailto:biblioteca@bportugal.pt)